

O *bien-penser* como fundamento da moralidade

"*Bien-penser*" as the foundation of morals

Reginaldo Parcianello

Doutorando em Literatura Portuguesa na USP
parcianello@usp.br

Resumo

Realizamos uma hermenêutica do conceito pascaliano de *bien-penser* e da possibilidade deste vigorar como fundamento da moralidade, principalmente se levarmos em conta a autonomia da razão prática, de acordo com a ética kantiana. O pano de fundo estoico da proposição pascaliana é pensado em concordância com o movimento espiritual da Modernidade, cujo grande desafio ético era a justificativa da moral em termos cada vez mais humanos e menos teológicos.

Abstract

The article discusses a hermeneutics of Pascal's concept of "bien-penser" and the possibility of seeing it as the foundation of morality, particularly if one takes into account the autonomy of practical reason, in accordance with Kant's ethics. The stoical background of Pascal's proposition is understood in accordance with Modernity's spiritual movement, whose great ethical challenge was the justification of morals in increasingly human and less theological terms.

Palavras-chave: Pascal; *Bien-penser*; Moralidade.

Keywords: Pascal; *Bien-penser*; Morality.

Introdução

Existe um terreno comum entre os pensamentos religiosos e a ética, no que diz respeito ao fundamento de ambos no coração. Sem pertencer à ordem do coração ou à ordem da caridade, não existe nenhum sentimento religioso genuíno, para Pascal. Compreender em que consiste essencialmente a moral é a porta de entrada para os seus *Pensamentos*. Com base nesse pressuposto, analisamos a grande questão moral pascaliana, que atinge sob outro viés o problema da autonomia da lei moral, resolvido pela razão prática, por Kant.

A extrema coerência do pensamento de Pascal faz com que ele tenha diante de seus olhos os princípios básicos de sua interpretação da natureza e do axioma de uma "natureza humana decaída". Em nenhum momento deixa de considerar essa tese, quando se refere à pedagogia, à política, à natureza em geral. Quanto ao homem, que tem uma natureza pensante, é insuficiente procurar o princípio do bem na natureza. Outrora, participando da natureza originária, em comunhão com Deus, o homem tinha "o bem" diante de si mesmo. Tendo decaído, já não possui

a natureza primeira. Para poder sobreviver, criou uma *natureza artificial*, baseada na concupiscência, gerando uma ordem regrada, assentada nos costumes. Na medida em que está consciente disso, Pascal reconhece a artificialidade, arbitrariedade e transitoriedade dos costumes. “A verdadeira moral zomba da moral” (frag. 4¹). Somos incapazes do Bem, por nossas próprias forças e vontade. Mas essa ideia, na qual se assenta, em grande parte, o jansenismo, provocou um grave conflito com a nova moral da Igreja, no século XVII. Desse assunto trataremos, em linhas gerais, mais abaixo.

1 Um porto na moral?

O grande problema ético em Pascal é: como conciliar a necessidade das regras absolutamente válidas, para que exista moral, com a contingência e a pluralidade das morais e costumes vigentes?

– “Por que me matais? – Como! Não habitais do outro lado da água? Meu amigo, se morásseis deste lado, eu seria um assassino, seria injusto matar-vos desta maneira; mas, desde que residis do outro lado, sou um bravo, e isso é justo” (frag. 293).

Pascal admite a relatividade da moral e a força dos costumes nos procedimentos dos homens. Como admitir, desse modo, a existência da verdade? Como dizer que esta verdade é moral? Se o fundamento moral é puramente transcendental, então quem não sente a existência e a realidade da religião não tem razão nenhuma para acreditar em valores morais? A partir desta última questão, que é fundamental, depreende-se que o pensamento de Pascal é também trágico: sem o fundamento transcendental, sem a graça, cai-se no absurdo.

O maior paradoxo da moral consiste na incerteza dos valores, na mutabilidade dos costumes e na radical impossibilidade da justiça reinar no mundo, ao passo que este é o único lugar e oportunidade de se manifestar a virtude² – fora do mundo não há como ser ou não moral. A moral é, portanto, transcendente, mas deve realizar-se, ser imanente, para que exista o bem moral. Ora, em que medida é possível ao homem ser bom?

Com esse quadro de incertezas, qual deve ser o critério para o julgamento moral? “É preciso ter um ponto fixo para julgar. O porto julga os que estão no barco; mas onde conseguir um porto na moral?” (frag. 383). É possível reconhecermos um porto na moral³?

¹ Citamos a tradução brasileira, de Sérgio Milliet, que segue a edição francesa de Brunschvicq.

² “A verdadeira e única virtude consiste, pois, em odiar a si mesmo” (frag. 485). Penso que a questão do “eu odiável” deve ser interpretada positivamente; isto é, não se trata de anulação dos impulsos básicos ou da realização pessoal, e sim de uma compreensão elevada do significado de humanidade em cada sujeito consciente de si mesmo. Admitindo-se que alguém se supere constantemente na reflexão acerca do problema humano e do sentido da vida, perceberá que jamais poderá abarcar toda a amplitude de suas consequências. Uma negação do “eu” significaria, nesse caso, a estratégia mais adequada para continuar esse progresso. Caso contrário, cria-se a situação de um Fausto, que busca a onipotência, impulsionado por sua vaidade.

³ Proponho um dilema ético: após o naufrágio de um navio, uma dezena de pessoas se salva em um bote, com uma pequena quantidade de vitualhas. Sem nenhuma comunicação com o continente, estão à deriva em alto-mar. Não existe nenhuma perspectiva de socorro e as reservas de víveres e água doce, se divididas igualmente, duram cerca de cinco dias. Todos estão, literalmente, “no mesmo barco”, portanto com os mesmos direitos, falando moralmente. Percebendo a gravidade da situação, alguém poderá maquinar que,

A solução apresentada por Pascal é bastante vaga: “Trabalhemos, pois, para bem pensar; eis o princípio da moral” (frag. 347). Isso significa que a moral não está em seguir a lei natural. Mas o que é “bem-pensar”, diante da mutabilidade das regras e da pluralidade dos valores?

Para Montaigne, essa posição é desprovida de sentido, porque o homem não é superior aos demais seres da natureza, nem pelo pensamento. O homem é, pois, natureza pura e simplesmente, e esta é a sua essência (Montaigne, 1980, p. 213). O homem é inextricavelmente amarrado ao instinto, à natureza; portanto, seu pensamento não pode elevá-lo nem transportá-lo para além do limite de seu mundo – a não ser que divague com seu pensamento e se deixe extraviar pela razão (ou loucura).

Para Pascal, ao tempo em que representa uma solução para o problema moral, *bien-penser* é uma aproximação – pertencer à ordem do coração e da caridade também. Mas Pascal nunca nos diz o que devemos fazer, a não ser negativamente⁴.

Ora, interessa-nos responder a pergunta: “O que devo fazer?”, de acordo com o estudo da ética pascaliana. É preciso passar para a resposta afirmativa. Comparativamente, observamos que o “bem-pensar” não consiste tão somente em seguir a racionalidade, nas máximas de ação – não é, como em Kant, uma razão pura prática a nos conceder autonomia nas máximas morais. Em Pascal, a razão prática depende do coração, e este, por sua vez, apega-se aos falsos objetos, quando não conhece os verdadeiros. Por isso, o sentimento é um fim em si mesmo, na ética pascaliana. O coração deve remeter à ordem da caridade, para a consecução da ação moral.

Isso significa que a simples vontade não é autônoma. Ora, a impotência da vontade exige um princípio moral exterior ao homem? Vontade pode equivaler a coração, para Pascal: “A vontade ama naturalmente” (frag. 81), tal como o coração, que tanto pode amar a si como a Deus. Tanto o coração como a vontade não são, em si, suficientes para o homem procurar o bem. No entanto, o caminho do coração ou da vontade é o único pelo qual o homem pode abrir-se à graça e encontrar a verdade, pois, “na ausência de objetivos verdadeiros, se apega aos falsos” (frag. 81). Ou seja, o amor é a essência da vontade. Isto é, a própria faculdade volitiva identifica-se com o amor. O que significa, por consequência, que o ódio é uma manifestação do amor, porém desviado de seu curso natural. E as demais paixões decorreriam desta mesma origem.

matando os outros nove infelizes, suas chances de sobrevivência decuplicam, e a probabilidade de que um navio o resgate aumenta, e o seduz. Conforme esse exemplo, ou outro caso extremo, em uma luta geral pelas últimas migalhas, as razões da razão triunfam.

Através de um caso-limite como esse, podemos perceber que o fundamento da moralidade pertence ao coração e não à razão. Se existe uma razão pura, condição única de moralidade, para Kant, que se preocupa com o ser humano em si, e não com os interesses materiais e subjetivos, esta razão, dada sua natureza abstrata e destacada da empiria, é idêntica ao coração, enquanto faculdade dos princípios morais, no pensamento de Pascal. Do mesmo modo, não há nenhuma contradição no Empirismo Lógico, segundo o qual as proposições da Ética, Estética e Religião não têm sentido e não podem ser tratadas racionalmente, sem contradição – porque são incertos e mutáveis os caminhos da razão.

Hegel, por sua vez, defende a objetividade da ética, como uma superação da moralidade, que é subjetiva. Para o filósofo, o estágio ético é superior ao moral, pois é desdobrado pelas instituições sociais. Com efeito, se a dialética fosse sempre positiva, e jamais negativa, o caminho do Espírito seria dialético. Pelo que podemos depreender das reflexões anteriores, as instituições sociais, permeadas pela política e pela racionalidade empírica, jamais podem assegurar a caminhada ascendente da humanidade.

⁴ Cf. o “Argumento da aposta”. À pergunta “Onde encontraremos esse ponto na moral?” Voltaire responde com a “regra de prata”: “Não faças a outrem aquilo que não queres que te façam” (Voltaire, 1858, p. 94).

Mas a verdade ou falsidade do objeto amado é um atributo extrínseco ao sentimento e alvo de outro tipo de investigação, concordante com uma linha filosófica.

Como conciliar a justiça, verdade e felicidade com a verdadeira justiça, verdade e felicidade que só existem em Deus? Não é suficiente dizer que a humanidade como um todo progride constantemente na direção dessa perfeição? Pela dialética, poderíamos dizer que alguns retrocessos servem de impulso para a superação das contradições e que, no fim das contas, a humanidade progride constantemente. Tal explicação não basta para Pascal, pois essa continuidade jamais atingirá a perfeição. "A justiça e a verdade são duas pontas tão sutis que nossos instrumentos se revelam demasiado grosseiros para as tocar exatamente. Se porventura o conseguem, desaguçam-nas, e apoiam-se em torno, mais sobre o falso do que sobre o verdadeiro" (frag. 82).

Ainda sobre a efetividade da ação moral, sobre a prevalência da Justiça e da Verdade, Saint-Beuve expressa a concordância entre seu próprio pensamento, Pascal e Port-Royal como tal: "Desde quando o bem dura sobre a terra? Todo o esforço, mesmo aquele dos mais santos, não é apenas passageiro pelos resultados e não implica um recomeçar contínuo? O máximo ou o mínimo de santidade representa muito pouco; nada triunfa; é somente o esforço, *é o pensamento que conta para nós*" (Sainte-Beuve, 1953, I, p. 240; grifo meu). Não são as obras – sua efetividade e irreversibilidade – a finalidade última da moral, em geral, e da prática cristã, em particular; mais importante é a consciência da importância daquilo que deve ser feito, e que se reflete no próprio pensamento do agente. A luta pela consecução das obras, seja de uma educação melhor ou de um mundo melhor, é algo desejável e que deve ser perseguido sempre, mesmo sem a garantia do sucesso. Este é o ponto nodal que distingue Pascal dos utópicos, que veem o fim material, a sociedade justa pela qual se deve lutar, como o ponto central da moral.

Só abraçando a fé e seguindo os ensinamentos cristãos o homem encontra a verdadeira justiça, verdade e felicidade, para Pascal. Mesmo assim, como ser finito, continua sendo injusto, fingido e infeliz – em suma, imperfeito. Analisemos este ponto com um fragmento.

O homem não passa, portanto, de disfarce, mentira e hipocrisia, tanto em face de si próprio como em relação aos outros. Não quer que lhe digam verdades e evita dizê-las aos outros; e todos esses propósitos, tão alheios à justiça e à razão, têm em seu coração raízes naturais (frag. 100).

É preciso perceber, nessas sentenças vigorosas, não um moralista ingênuo, mas um homem que, apesar de sua crença nos princípios cristãos, estava atento ao mundo, à natureza, à realidade. Maquiavel relaciona essa condição humana com a política; Hobbes e os empiristas ingleses ampliam o tema para a ética e o entendimento humano. Pascal, por sua vez, não se deixa abalar pelas evidências empíricas, pela "corrupção generalizada" do ser humano; em vez disso, leva em consideração o conceito de "queda" e "pecado", que tornam o homem sujeito à ordem da carne. A elevação do homem para as ordens superiores, do espírito e da caridade, também deve estar sujeita a essa condição, qual seja, de que o homem é *atraído* por objetos e ideias diversas, nas culturas e sociedades. A partir desse fato a *Arte de Persuadir* se torna

relevante, e o apelo à sensibilidade é tão importante e tão central na ética de Pascal quanto a exclusão do sentimento e o imperativo categórico o são na moral kantiana.

Quais são, então, os efeitos que a fé e a esperança devem operar no homem? Uma hipótese: a graça conseqüente fá-lo procurar a justiça e a verdade, seguindo o coração, que negou a si mesmo (seu "eu odioso" porque finito e centralizador) (Sainte-Beuve, 1953, I, p. 240⁵) e em todas as coisas renuncia ao egoísmo e à injustiça. Isso não continuaria sendo uma negação? A positividade, com efeito, só passa a existir quando se reconhece na práxis o efeito dos princípios atinentes à fé⁶.

O valor *filosófico* da moral pascaliana consiste antes na neutralização da hipótese materialista do que na defesa de um Deus cristão. Na medida em que um princípio moral vale mais do que a vida (e isso não equivale à insanidade ou contrassenso, mas é um *bien-penser*), não há como dizer que a realidade última seja a matéria. Hoje, o materialismo é representado por aqueles que acreditam que pode ser produzida a inteligência artificial. Ora, como nenhum pensamento pode ser produzido na ausência de um interesse ou representação de um desejo, nada pode ser comparado à faculdade miraculosa do pensamento, que constitui a dignidade e prerrogativa do homem. "A máquina aritmética produz efeitos que se aproximam mais do pensamento do que tudo o que fazem os animais; mas não faz nada que possa levar-nos a dizer que tem vontade como os animais" (frag. 340).

Pascal o mostrou também com sua vida, oferecendo seus momentos de dor não ao descanso ou à lamentação de suas doenças, mas aos pensamentos sobre a existência e à procura da verdade e da justiça. Quem é capaz de doar a vida em defesa da pátria ou de um princípio moral é igualmente capaz de pensar que a existência toda deve transcender a imediatidade tangível. *Este é o ponto de partida pascalino*; este é o porto da moral. Não é tão visível quanto um porto que orienta navios no mar e pessoas em terra firme, pois é perceptível somente ao coração. É um porto coberto pela neblina, mas detectado por instrumentos especiais. Supõe um postulado não racional, mas todas as premissas que daí decorrem são juízos que podem fazer parte de silogismos. Todas as interrogações que podemos fazer acerca de Deus ou do pensamento pascalino são desse gênero. Começar pelo "todo", por "Deus", pelo "cogito" são também pontos de partida que ultrapassam a razão – por isso são filosóficos.

Será que a compreensão moral de Pascal, em vez de ser negativista ou destruidora das paixões, não é, ao invés disso, uma compreensão realista do homem, em que pese a presença de elementos ingênuos e bíblicos em seu pensamento? A ideia de que o homem é decaído e radicalmente injusto pode ser interpretada de maneira mais ampla: todos os homens são corrompidos por natureza significaria que não há homens superiores moralmente; isto é, todos estão sujeitos às mesmas influências sociais e temporais, e podem sucumbir aos costumes

⁵ "O mandamento da caridade cristão é amar a outrem como nós nos amamos a nós mesmos, mas em Deus; e não temos como alcançar isso, se não começarmos por odiar a nós mesmos como, segundo o movimento do mundo e quase involuntariamente, 'naturalmente', odiamos a outrem" (Brunschvicg, 1953, p. 85-6).

⁶ Seguindo esse espírito, Pascal se preocupava com os pobres e tinha uma visão social, mais do que lhe sugeria sua época. Por isso, ele inovou, criando o transporte público, abrindo caminho para que a caridade atingisse também as estruturas sociais e políticas, prenunciando uma nova época.

degradantes (prejudiciais à sociedade e ao discernimento individual). Não existem santos ou pessoas imunes à corrupção. A razão tampouco serve de guia seguro para a conduta. A questão acima, se for respondida afirmativamente, confirma a tese de que a moral é objeto de uma faculdade sutil e retira Pascal da lista dos moralistas ingênuos.

Enquanto Pascal quer manter o significado dos valores morais e da comunidade, de acordo com os princípios do cristianismo primitivo, o racionalismo cartesiano concebe uma moral provisória. Aliás, talvez se possa dizer que toda moral é provisória, para Descartes. Para o racionalismo, a razão epistemológica é intrinsecamente ética. Os valores morais e os conhecimentos materiais pertencem a uma mesma ordem, a do pensamento. Ora, no espírito geométrico, cósmico, desaparecem as diferenças humanas; os problemas e disputas entre pessoas e países são insignificantes diante do espírito infinito: o bem e o mal são categorias irrelevantes. Se o universo passou a ser um espaço infinito, então a moral não é mais universal, mas particular, circunstancial e, sobretudo, "provisória", porque, não sendo a Terra o centro do Universo, a certeza de um privilégio concedido por Deus é perdida, e, junto com ela, a da demonstração geométrica dos princípios morais.

A busca dos primeiros princípios pela razão revela-se infinita aos olhos de Pascal. Esse é apenas um dos infinitos (regresso) traçados pela razão; o outro (progresso), empírico, no que se refere à moral, é sensualista. Por isso, os valores absolutos não são encontrados nem pela razão nem pela experiência. Se eles existem ou devem existir, neste mundo não se encontram.

A moral *não* é uma aposta para Pascal. Se, racionalmente, podemos dizer que a afirmação da existência de Deus é uma aposta, já fizemos um jogo. Mas outro jogo dentro deste não pode ser feito. Pascal compreende a responsabilidade que o homem tem de fazer pelo mundo o que está ao seu alcance, e também o que é mais essencial. Se a busca da verdade é o que há de mais nobre, então Pascal lutará por esta bandeira; por isso, escreverá uma *Apologia*. Se ele tivesse vivido no momento histórico propício, teria acreditado na transformação histórica? Se assim fosse, ele a entenderia antes como uma possibilidade de crescimento moral da espécie humana do que uma redenção necessária, resultante das forças (faculdades) humanas. Pascal, ainda que pudesse admitir que o "sistema" político-econômico seja causador de tantos males, desigualdade social, mortes e toda sorte de obstáculos para o ser humano, vê uma causa anterior a tudo isso, na própria natureza humana. Para ele, todo sistema é baseado na concupiscência e, como tal, não pode senão produzir regras que estabelecem uma ordem artificial, essencialmente injusta. É a morte da utopia, enquanto tal, mas não da responsabilidade do ser humano pelo mundo, por todos os seres humanos.

A filosofia não transforma o mundo, para Pascal. A tragédia existencial é constituída de tal forma que a práxis conforme os ensinamentos cristãos de alguns homens e mulheres constitui exceção, em oposição ao modo habitual da maioria das pessoas, arraigado na imediatidade, no cuidado e no temor. Que a ética cristã é assentada no compromisso, no amor ao próximo, não resta dúvida para Pascal, que está interessado no cumprimento dessa lei. Ora, o interesse filosófico reside na fundamentação da ética; aí, sim, a questão é problemática. Nenhum raciocínio, nenhuma artimanha racional é capaz de persuadir uma pessoa a agir em conformidade com o

mandamento de Cristo, segundo o coração. Pela razão não se atinge a certeza de qual é o princípio supremo da moralidade (*lato sensu*) – a não ser, é claro, através da razão pura, que é, conforme penso, uma expressão do coração – nem a distinção das situações em que, para ser moral, existe um compromisso indubitável. Só a fé conduz à compreensão do verdadeiro bem. Sem ela, temos apenas regras práticas de felicidade:

Todos os homens procuram ser felizes; não há exceção. Por diferentes que sejam os meios que empregam, tendem todos a esse fim. O que leva uns a irem para a guerra e outros a não irem é esse mesmo desejo que está em todos, acompanhado de diferentes pontos de vista. A vontade nunca efetua a menor diligência, senão com esse objetivo (frag. 425).

Até mesmo a consciência ecológica, tão em voga hodiernamente, pode ser colocada em xeque pela razão: a) se uma catástrofe natural (a explosão de um vulcão ou uma nova glaciação, por exemplo) é capaz de provocar um desequilíbrio ecológico que extinga muitas espécies e destrua muitas pessoas, por que o homem deve então cuidar deste planeta? b) Ou então os pragmáticos, que lucram com a destruição da natureza, podem alegar que, no momento em que o planeta estivesse a ponto de morrer, haveria um esforço conjunto para reverter esse quadro. Um ecologista, por sua vez, pode aduzir muitos argumentos, culminando na hipótese da destruição completa do planeta, para justificar a ética da preservação. Ainda assim, pode-se alegar que nem a espécie humana nem este planeta são necessários, que um meteoro já destruiu o planeta e não é impossível que isso ocorra novamente, etc. A partir disso, pode-se depreender que a força de movimentos ecológicos e sociais não consiste na evidência *per se* de seus princípios, mas em um fundamento inapreensível, intrinsecamente unido à essência humana – e que não pode ser comunicado senão àqueles que estão dispostos a ir além da necessidade natural. Somente depois de atendida essa condição é possível lembrar que “o homem não passa de um caníço, o mais fraco da natureza, mas é um caníço pensante” (frag. 347).

2 *Esprit de finesse e esprit géométrique*

Diante da fraqueza e grandeza do homem, e tendo sido observado que o homem não pode ser grande sem reconhecer sua fraqueza, que é grande pelo pensamento, e principalmente pelo *bien-penser*, fundamento da ética, resta a pergunta: o que faz com que o ser humano utilize seu pensamento além da busca de regras para o conhecimento da natureza e para sua conduta prudente? O ponto fundamental para esse discernimento consiste na relação entre o espírito de *finesse* e espírito geométrico.

Os princípios são “são tão sutis e em tão grande número” (frag. 1), de tal modo que é preciso “possuir a vista bem clara para ver todos os princípios” (*ibid.*), pois nenhum adestramento ou tradição cultural assegura a reflexão correta, o “julgar pelo sentimento” (frag. 3) sobre princípios conhecidos, mesmo porque, à diferença da geometria, seus princípios são indemonstráveis e infinitos. Só há, portanto, uma maneira de apreendê-los: pela intuição ou “um só golpe de vista”. Por isso, o espírito de *finesse* “penetra viva e profundamente as consequências

dos princípios” (frag. 2), ou seja, nas coisas sutis que nenhum raciocínio matemático pode distinguir.

A razão age lentamente e com tantas vistas, sobre tantos princípios, os quais devem estar presentes, que a cada instante ela cochila ou se perde, deixa de ter todos os seus princípios presentes. O sentimento não age assim: age um instante e está sempre pronto para agir. É preciso, pois, pôr a nossa fé no sentimento; de outra maneira, vacilará sempre (frag. 252).

Penso que esse fragmento é, antes de tudo, uma crítica ao método cartesiano. A análise ou divisão “em quantas partes for necessário” visava ter diante dos olhos cada uma dessas partes, como se pudéssemos intuir o todo, depois de tê-lo fragmentado. Antes que a razão tenha presente isso tudo, “ela cochila ou se perde”. Do mesmo modo, com relação à práxis, ter regras, preceitos, conhecimento de doutrinas não é suficiente para bem pensar e bem agir: é preciso ter *esprit de finesse*. O *esprit de finesse* tem relação com aquilo que Kant chama de capacidade de julgar ou o próprio juízo⁷. Uma pessoa pode conhecer todos os princípios e regras de um determinado campo, por exemplo, o jurídico, e ser um juiz desonesto. Nas palavras de Pascal, esses são “os espíritos falsos” (frag. 1), não sendo verdadeiros geômetras e tampouco sutis. Ora, um espírito geométrico utiliza muitos princípios e definições para tratar de coisas sutis especulativamente, por ser incapaz de percebê-las com um único golpe de vista; procura ser conseqüente com os mesmos, sistematizando-os para inferir novos conhecimentos.

Quanto ao espírito de *finesse*, podem-se perceber tanto os valores a serem seguidos quanto o sentido da vida. É pelo espírito de *finesse* que se percebe igualmente a falha incorrigível da natureza humana, de todo projeto de vida. Dotado de *esprit de finesse*, Pascal fala das vaidades como pertencentes a um círculo de cuja força centrípeta nem ele próprio pode escapar.

A vaidade está de tal forma arraigada no coração do homem que um soldado, um criado, um cozinheiro, um malandro, se gaba e pode ter seus admiradores; e os próprios filósofos pretendem o mesmo; e os que escrevem contra isso querem a glória de escrever bem, que os que os leem querem ter a glória de os ter lido; e eu, que escrevo isto, talvez tenha essa vontade, e talvez os que me lerem... (frag. 150; 94).

Ou esconde suas misérias ou, se as descobre, vangloria-se de conhecê-las (frag. 405).

Toda moral humana não é senão convenção e artificialidade. Nem mesmo a crítica e a reflexão garantem um princípio moral suficiente. E a prova disso é o fragmento acima, em que é demonstrado que a *finesse* faz com que compreendamos a moralidade negativamente; isto é, a inépcia de concebermos regras absolutas. Penso que a compreensão dessa matéria é o ponto mais significativo na reflexão pascalina: sua singular capacidade de julgar não tem par na história da filosofia e traduz-se na extrema coerência de seu pensamento.

Para explicar o espírito de *finesse*, o ideal seria que se pudesse demonstrá-lo, caracterizá-lo e expor seus princípios ordenadamente, à maneira da geometria. No entanto, só podemos

⁷ “A capacidade de julgar é um talento particular que não pode ser ensinado, mas somente exercitado. A capacidade de julgar, por conseguinte, é também o específico do assim chamado senso comum, cuja falta nenhuma escola pode remediar” (Kant, 1987, p. B172).

elucidá-lo por analogia. São sentidos; são mais pressentidos do que vistos; são intuídos (captados em um golpe de vista) e não por racionalidade⁸.

Pascal acrescenta que “não é que o espírito não o faça”, isto é, não raciocine, mas ele o faz tacitamente, tal como fala São Paulo: “meu espírito roga a Deus com gemidos inexplicáveis” ou como expressa Balzac, em *Eugénie Grandet*: “Instruída, a virtude calcula tanto quanto o vício.” Pessoas “bondosas”, no início, não maquinam; depois, procedem nesse aspecto do mesmo modo que os “malévolos”. Isso faz com que tenham um espírito de *finesse* e de geometria reunidos, e não um espírito falso – “sede prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (Mt 10,16), conforme o Evangelista.

Referências

- BRUNSCHVICG, Léon. 1953. *Blaise Pascal*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin. 250 p.
- KANT, Immanuel. 1987. *Crítica da razão pura*. 3ª ed. Tradução de Valerio Rohden. São Paulo, Nova Cultural. 172 p.
- MONTAIGNE. 1980. *Ensaíos*. 2ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo, Abril Cultural. 500 p.
- PASCAL, Blaise. 1952. *Pensées sur la religion et sur quelques autres sujets*. Edição de Louis Lafuma. Paris, Éditions du Luxembourg. 325 p.
- PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. 1988. 4ª edição. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo, Abril Cultural. 276 p.
- SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. 1953. *Port-Royal*. Paris, Gallimard. 1958 p. (Bibliothèque de la Pléiade, vol. 93).
- VOLTAIRE. 1858. *Remarques sur les Pensées de M. Pascal*. In: *Oeuvres Complètes*. Tome sixième. Paris, Firmin Didot Frères. 854 p.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1994. *Tractatus logico-philosophicus*. 2ª ed. Tradução de Luís Henrique Lopes dos Santos. São Paulo, EdUSP. 294 p.

⁸ Wittgenstein fala do indizível (o que é uma contradição), do mesmo modo que Pascal se contradiz ao tentar demonstrar que o espírito de finura é indemonstrável. Wittgenstein é limitado pela linguagem, e filosofa e usa a linguagem para dizer que “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 1994, p. 281), referindo-se às proposições da ética, estética e religião.